

**DESENVOLVIMENTO E GLOBALIZAÇÃO DO TRABALHO:  
INTERFACES COM A MIGRAÇÃO INTERNACIONAL**

*Development and globalization of labour:  
interfaces with international migration*

**Sarah Jane Durães\***

**\*Universidade Estadual de Montes Claros  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social**

Av. Ruy Braga, SN. Campus Darcy Ribeiro  
Vila Mauricéia. Montes Claros/MG  
sj-duraes@uol.com.br

**RESUMO**

Neste artigo toma-se, como contexto, o fluxo de migração internacional como produto e produtor de um estágio de desenvolvimento e de movimentos econômicos globais. Nesse sentido, ele aponta algumas relações entre desenvolvimento, globalização e migração internacional e, com base nesta tríade, apresenta alguns indicadores populacionais e sociais estatísticos do contingente de migração internacional entre o período de 1980 e 2012. Na relação de países entre sul-norte, constata-se que houve uma mudança de fluxo migratório dos Estados Unidos para a Europa, que tem ocorrido um processo de *feminização da migração internacional* e que existe a tendência de a força de trabalho imigrante viver uma condição de *inserção excluída* nos países de acolhida.

**Palavras-chave:** desenvolvimento, globalização, migração internacional.

**ABSTRACT**

This article takes as context the flow of international migration as a product and producer of a stage of development and global economic movements. In this sense, it indicates some relationship between development, globalization and international migration and, based on them, its presents some indicators of population and social statistics of the contingent of international migration between the period of 1980 to 2012. About relationship between countries in south-north, there was a change of migration from the United States to Europe, there has been a process of feminization of international migration and there is the tendency of the immigrant labor force living condition insertion-excluded in the host countries.

**Keywords:** development, globalization, international migration.

## INTRODUÇÃO

Autores como Castles (2000), Pajares (2010) e Tapinos (2000), por exemplo, têm apresentado algumas abordagens enfatizando como os fluxos de migração<sup>1</sup> vêm se processando ao longo da segunda metade do século XX e como eles tomam *uma concretude* nos mais diversos locais. Entretanto, os autores em pauta têm dedicado especial atenção às interfaces entre os processos de migração internacional e os movimentos econômicos globais. Sobre isso, Castles (2000, p.17) afirma que “la migración es el resultado de la integración de las comunidades locales y de las economías nacionales dentro de las relaciones mundiales” e que “a menudo la migración es el resultado del desarrollo económico y social”. Donde se deduz que o estágio de *desenvolvimento*<sup>2</sup> de determinado lugar pode aumentar ou reduzir as desigualdades e a exclusão social e, na mesma medida, a necessidade de mobilidade dos indivíduos.

Postos esses aspectos, a migração internacional deve ser considerada como uma resposta a determinado estágio do desenvolvimento de um local em relação a outro, aspecto que se constitui em resposta conjugada aos fluxos internacionais de finanças, comércio, ideias, tecnologia de informação, contaminação, produtos mediáticos e pessoas, entre outros. Entretanto, deve-se considerar que a migração, referindo-se, aqui, à interna e internacional, pode ser ao mesmo tempo causa e consequência do desenvolvimento.

Ao encontro dessa perspectiva, neste artigo toma-se, como contexto, o fluxo de migração internacional como produto e produtor de um estágio de desenvolvimento e de movimentos econômicos globais, ocorridos a partir de 1980. Para tanto, inicia-se com uma discussão destacando algumas relações entre desenvolvimento, globalização e migração. Com base nessas relações, apresentam-se alguns indicadores populacionais e sociais estatísticos do contingente de migração internacional entre o período de 1980 e 2012. Em seguida, aborda-se o processo de migração como um processo que tem passado por uma *feminização* e, por fim, analisa-se a participação da força de trabalho como aquela que vive uma inserção excluída nos países de acolhida.

Desse modo, em linhas gerais, pretende-se realizar uma leitura do desenvolvimento (social) tomando-se, como pressuposto, que ele se concretiza nas relações oriundas da *globalização do local* e da *localização do global*.

---

<sup>1</sup> Encontra-se, na literatura, a utilização de emigração, imigração, migração interna e migração internacional. Quanto à imigração, o termo tem sido substituído por migração internacional para ressaltar a diferenciação existente entre o período anterior e posterior à década de 1980. Para a escrita deste artigo, optou-se pelas denominações *migração interna*, quando o fenômeno se tratar de traslado entre regiões do mesmo país, e *migração internacional*, quando se tratar de traslado entre países diferentes. Segundo Castles (2000), a migração se caracteriza depois que a pessoa fixou residência no lugar durante pelo menos seis meses.

<sup>2</sup> Desde o final da Segunda Guerra Mundial, período no qual se sucederam as primeiras defesas da necessidade de uma *política de desenvolvimento*, muitas experiências têm produzido diferentes teorias e, concomitantemente, testado a (in)validação dos projetos que a tem como finalidade. Nessa perspectiva, não faltam experiências e muito menos definições em torno do desenvolvimento. Como sinaliza a literatura, sua definição tende a variar segundo o lugar que o grupo ou a pessoa ocupa - se eles ocupam a condição daqueles que propõem as políticas de desenvolvimento ou se beneficiam delas. Acerca dos diferentes conceitos, adjetivos e teorias relacionados ao desenvolvimento, consultar, por exemplo, Rist (2002) e Payne e Phillips (2012).

## DESENVOLVIMENTO, GLOBALIZAÇÃO E MIGRAÇÃO INTERNACIONAL

Transcorridas desde a década de 1980, as *novas* formas de exclusão social<sup>3</sup> podem ser caracterizadas como “fenômeno de ampliação de parcelas significativas da população em situação de vulnerabilidade social, e também as diferentes formas de manifestação da exclusão, abarcando as esferas cultural, econômica e política” (CAMPOS et al., 2003, p.49). Diferentemente da velha exclusão, passam a se integrar aos segmentos dos *velhos* excluídos, os jovens com elevada escolaridade, pessoas com mais de 40 anos, homens não negros e famílias monoparentais. Além do mais, pode-se considerar que “o desemprego e a precarização das formas de inserção do cidadão no mercado de trabalho são as fontes *modernas* de geração de exclusão, tendo como subproduto a explosão da violência urbana e a vulnerabilidade infantil, acentuada pela maior flexibilidade ocupacional e dos níveis de renda” (CAMPOS et al., 2003, p.49, grifo da autora).

Esse quadro social descrito, sumariamente, consiste nas consequências do *capitalismo atual*<sup>4</sup> ou do denominado período de *globalização*<sup>5</sup>, quando, a partir de 1990, se evoluíram teorias e polêmicas em torno do desenvolvimento (PAYNE; PHILLIPS, 2012). A diminuição dos direitos sociais, sob os auspícios do Estado-nação, conduziu à crise de diferentes modelos de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, à necessidade de sua substituição. Especialmente porque o capitalismo atual passou a exigir a mobilidade e exportação da força de trabalho. Com efeito, “o fator trabalho é um recurso global” (SOLÉ, CACHÓN, 2006, p. 19).

A constituição de uma lógica mundial considerando as novas tecnologias de produção, permitidas pelas novas tecnologias de transporte e de comunicação, e, ao mesmo tempo, a constituição de uma nova divisão do trabalho<sup>6</sup> têm obrigado os Estados-Nações a repensarem o seu modelo de desenvolvimento. Isso pode ser constatado a partir do Consenso de Washington<sup>7</sup> quando modelos que geralmente estavam organizados segundo perspectiva local foram invalidados e se evidenciou a defesa de um modelo de *desenvolvimento global* (PAYNE; PHILLIPS, 2012). Um dos aspectos que justificam a necessidade desse tipo de desenvolvimento se deve ao fato que “la aceleración de la migración global genera enormes dificultades para la teoría del desarrollo nacionalista y centrada en el Estado”, isto porque “los enfoques que se centran en los Estados nacionales se consideran incapaces de captar la magnitud

<sup>3</sup> Apesar das controvérsias, pode-se considerar que o termo exclusão social agrega, pelos menos, três perspectivas diferentes. A primeira, como argumentos durkheimianos, diz respeito à “perda do laço sociomoral”; a segunda, conforme Marx Weber, como “fechamento social ou usurpação de recursos por parte de determinado grupo estatutário frente aos demais”; e, por último, uma terceira perspectiva, a marxista, que a considera a “desapropriação dos meios de produção e de demais recursos políticos e simbólicos, incluindo a participação em processos de decisão política” (SILVA, 2010, p.128).

<sup>4</sup> Segundo Therborn (1996), o capitalismo já vivenciou quatro estágios: o clássico, o monopolista, do bem-estar e o capitalismo atual. O capitalismo atual corresponde ao processo de minimização das esferas do Estado e da indústria e a expansão da esfera do mercado. O autor considera que esse período se instaurou a partir de 1980.

<sup>5</sup> Ainda que a globalização deva ser tratada com toda a complexidade inerente a ela, ousam-se apresentar, neste artigo, algumas características evidenciadas por Ianni (2001). Segundo o autor, ela se caracteriza pela internacionalização do capital, interdependência das nações, ocidentalização e racionalização do mundo, o sentimento e vivência em uma aldeia global.

<sup>6</sup> Tal divisão pressupõe ser resultado de um processo produtivo que, ademais de ratificar os conflitos entre capital e força de trabalho, explicita a diversidade existente dentro do coletivo de trabalhadores, ressaltando as diferenças de gênero, raça, geração e nacionalidade, por exemplo.

<sup>7</sup> Foi um conjunto de medidas adotadas por economistas no ano de 1989 e que pressupunha 10 princípios como, por exemplo: políticas de manutenção da disciplina fiscal, reordenação das prioridades de gastos públicos, privatização de empresas públicas e a desregulação da economia e liberação comercial.

empírica y el significado ético y moral de las desigualdades globales” (PAYNE; PHILLIPS, 2012, p. 208).

Ainda que a migração internacional deva ser considerada por diferentes ângulos, além do econômico, a causa mais aparente e comprovada, pelas pesquisas acerca da migração, diz respeito à busca, por parte do indivíduo, por (melhores) possibilidades de emprego e de bem-estar social. Nas palavras de Castles (2000, p.21):

El desarrollo lleva a la migración, porque las mejoras económicas y educacionales hacen que las personas puedan buscar oportunidades mejores en otros lugares. Según las investigaciones, en las zonas en desarrollo lo más probable es que sean los grupos de ingresos medios los que se vayan. A medida que aumenta la renta, la emigración tiende a disminuir.

Ao encontro das assertivas apresentadas por Castles (2000) e Timur (2000), pode-se dizer que o trabalhador, sobretudo aquele que migra internacionalmente, não é global somente porque ele estabelece uma relação entre o país de origem e o de acolhida, de apropriação/circulação de uma mão de obra e de um conhecimento tecnológico. Ele é global, também, pelos seguintes motivos: apropriou diferentes bens culturais; trasladou de uma região para outra, de um país para outro, em busca por melhores condições de vida para si e/ou para a família que deixara em seu país de origem; e estabeleceu uma rede de relações sociais entre os dois países.

Com efeito, a rede de relações estabelecida, além de concretizar interesses do próprio trabalhador, ratifica interesses tanto do país que exporta quanto do que importa mão de obra. Quanto ao país de origem, o envio de dinheiro à família permite, ao mesmo tempo, melhora nos índices de desenvolvimento do país de origem (CASTLES, 2000). Quanto aos países de destino, eles tendem a se valer da migração internacional, por exemplo, à medida que o mercado de trabalho é preenchido por postos de trabalho que não são ocupados pelos autóctones, quer seja em decorrência do pouco prestígio e/ou de baixa remuneração dos cargos oferecidos. Entretanto, a economia global traz desafios políticos para a esfera do Estado. Na mesma constituição global de redes, os países são obrigados a repensar na evasão, entrada e permanência de trabalhadores imigrantes e a constituir um processo de cooperação internacional (CASTLES, 2000; CEMA, 2010).

A mobilidade da força de trabalho, por necessidade do trabalhador e/ou do processo de produção capitalista, por outro lado, pode gerar, nos países de acolhida, novas desigualdades sociais<sup>8</sup> ou, no mínimo, intensificá-las configurando-se determinado tipo de trabalhador. Nesse sentido, no país de acolhida, o que se identifica é a tendência à ratificação da *inserção excluída*<sup>9</sup> nas relações de trabalho de grupos que social e historicamente já se encontravam em desvantagens em relação a outros.

Entre os motivos que desencadeiam a migração internacional, além da questão econômica, há outros fatores. Cita-se, como exemplo, o pedido de *asilo político* por parte de um número significativo de refugiados, inclusive em decorrência dos governos

<sup>8</sup> Segundo Silva (2010, p. 113), a “desigualdade social pressupõe a apropriação ou usurpação privada de bens, recursos e recompensas, implicando competição e luta”.

<sup>9</sup> Apesar de Posthuma (1998) valer-se desse termo para explicar as condições de trabalho nas quais vive a mulher, considera-se que tal modelo explicativo pode ser utilizado, também, para a análise de outros coletivos sociais. Para ela, a inserção excluída consiste em: segregação horizontal, segregação vertical, trabalho em condições precárias, remuneração menor por hora trabalhada, pequena condição de crédito e baixa mobilidade ocupacional (POSTHUMA, 1998, p. 26-27).

ditatoriais, como ocorridos no Brasil e Espanha, especialmente nas décadas de 1970 e 1980. Cita-se, ainda, o processo resultado do direito de *reagrupamento familiar*<sup>10</sup>.

Por motivo econômico, político e outros, até 1980, tendiam a ser considerados, tradicionalmente, como *países de acolhida*, os Estados Unidos, Canadá e Austrália. Posteriormente a esse período, em decorrência de restrições migratórias de alguns países e restrições econômicas de outros, o contexto faz produzir um fluxo muito mais intenso e com alterações migratórias quanto ao perfil da população e aos países de destino. A partir de então, “el mayor número de extranjeros se encuentra ahora en Europa, donde aumentó más su proporción con respecto a la población total (de 3,3 a 5%)” (TAPINOS, 2000, p.50).

Entre os anos de 1990 a 2004, segundo a agência de Migração Internacional e Desenvolvimento das Nações Unidas, aumentou-se, progressivamente, o número de imigrantes em direção aos países europeus.<sup>11</sup> Os dados estatísticos evidenciam que a maioria dos imigrantes era oriunda da África, América Latina e países asiáticos, ou ainda de países próximos à Comunidade Europeia como, por exemplo, a Ucrânia e a Rússia.

Entre os três períodos apresentados, que correspondem a 1990-1994, 1995-1999, 2000-2004, pode-se identificar um aumento progressivo do fluxo de imigrantes para a Espanha, França, Itália e Reino Unido. Quanto ao perfil da população mundial de imigrantes,

[...] el decenio de 1990 ha sido testigo de una nueva ola de migración mucho más variada con nuevos tipos de migrantes, que van de los inmigrantes altamente cualificados a los solicitantes de asilo, pasando por migrantes irregulares, temporales y en tránsito. También se ha argumentado que muchas de estas categorías comienzan a confundirse entre sí, por lo que cada vez es más difícil hacer distinciones entre los distintos tipos de migrantes (TIMUR, 2000, p.7).

Informações recentes fornecidas pelas Nações Unidas sobre a população migratória no mundo demonstram quatro aspectos: a relação de migração entre países sul-sul é praticamente igual a migração norte-norte; a migração sul-norte tem sido o principal motor da migração internacional; desde 1990, o coletivo de imigrantes nos países do Norte tem aumentado três vezes mais rápido que os dos países do Sul; e, por último, os coletivos significativos têm buscado determinadas áreas e/ou continentes. O último aspecto é claramente identificado na tabela que é apresentada imediatamente abaixo.

TABELA 1 – MIGRAÇÃO INTERNACIONAL POR ÁREA DE ORIGEM E DESTINO, 2010 (MILHÕES)

Destino Origem	África	Ásia	Europa	América Latina e Caribe	América do Norte	Oceania	Total	% por origem
África	15,5	4,0	7,7	0,0	1,7	0,4	29,2	53
Ásia	1,0	46,1	19,0	0,3	14,2	2,0	82,6	56
Europa	0,8	7,8	37,3	1,5	9,0	2,4	58,7	63
América Latina e Caribe	0,0	0,6	3,9	4,6	23,5	0,1	32,8	14
América do Norte	0,1	0,5	0,9	1,0	1,4	0,2	4,1	34

<sup>10</sup> Esse motivo resultou do direito de permissão de residência, resguardado por diferentes *países de acolhida*, a alguns parentes do/a imigrante.

<sup>11</sup> Disponível em <www.un.org/migration>, consultado em maio de 2010.

Oceania	0,0	0,1	0,3	0,0	0,3	0,9	1,6	57
Vários	1,8	2,1	0,9	0,2	0,0	0,1	5,1	
Total	19,3	61,3	69,9	7,7	50,0	6,0	214,2	
% por destino	81	75	53	60	3	15		

Fonte: United Nations Department of Economic and Social Affairs – Population Division (2013)

Quanto ao percentual por origem, a maioria dos imigrantes nasceu na Europa (63%) e a maioria também se encontrava como residente na Europa (53%). Por outro lado, a maioria dos imigrantes que nasceu na América Latina e Caribe, em 2010, estava residindo na América do Norte, em seguida residia na própria América Latina e Caribe, e, em terceiro lugar, na Europa. A população asiática é o segundo maior grupo de residentes na Europa, assim como a população europeia também é o segundo maior coletivo imigrante na Ásia.

### FEMINIZAÇÃO DA MIGRAÇÃO, TRABALHO E GLOBALIZAÇÃO DOS CUIDADOS

Além da mudança do fluxo migratório dos Estados Unidos para a Europa, outro aspecto a destacar, ocorrido nos últimos vinte anos, diz respeito ao processo de *feminização da migração internacional*. Na década de 1990, 48% de mulheres eram responsáveis pela migração internacional e, progressivamente, esse percentual tem aumentado (TIMUR, 2000, p.9). No primeiro momento, elas praticamente estavam ausentes dos dados relativos à imigração, pois, inicialmente, eram seus companheiros/maridos ou irmãos, por exemplo, que deixavam sua terra. Posteriormente, as mulheres migrarem não só por necessidade de reunir a família, mas também por necessidade pessoal e familiar de ingressarem no mercado de trabalho, inclusive, por sua condição de serem provedoras e chefes de família. Soma-se a tudo isso, o crescimento do emprego não-formal, da perda de benefícios de seguridade social e de segurança com o posto de trabalho em seus países de origem.

Observando-se o percentual de migração feminina do primeiro momento, verifica-se que, a partir de 1990, a migração de mão de obra masculina foi diminuindo porque os países de acolhida aumentavam as atividades que integram o setor de serviços. Setor esse que agrega atividades com certas qualidades tradicionalmente consideradas como inerentes ao *trabalho de mulheres*; como o de criada ou *housecleaner*, de babás, de trabalhadoras em lojas e outros. Apesar de ser significativo o número de mulheres imigrantes e de o contexto demonstrar tendência ao aumento progressivo do número delas, são poucos os estudos sobre este processo.

A exportação/importação desse tipo de trabalho feminino deve ser analisado sob diferentes ângulos. Um deles tem sido denominado *globalização dos cuidados*<sup>12</sup> e resultou do movimento migratório dos países do Sul para os do Norte.<sup>13</sup> Apesar do restrito espaço para abordar a amplitude que tal processo ganhou nos últimos dez anos e, conseqüentemente, sua diversidade analítica, neste artigo se considera que esse tipo de globalização abrange as práticas de cuidado como aquelas que integram o processo

<sup>12</sup> Em decorrência da diversidade de práticas de cuidado que têm sido globalmente trasladadas, optou-se, aqui, por considerar o termo no plural. Algumas práticas serão mencionadas no transcurso deste tópico.

<sup>13</sup> Esse movimento não pode ser remetido exclusivamente à migração internacional de mulheres oriundas de países da América do Sul em direção aos países da América do Norte, por exemplo. Também vale considerar o movimento migratório feminino dos países que integram o Sul da Europa em direção aos países que estão localizados mais ao Norte.

de produção social e reprodução da espécie humana. Diz Bubeck (2002 apud IZQUIERDO, 2003a, p.75, tradução nossa):

O cuidado [...] é a satisfação das necessidades de uma pessoa por outra pessoa onde a interação cara a cara entre cuidador e cuidado é um elemento crucial do conjunto de atividades e onde a necessidade é de tal natureza que não pode ser satisfeita pela própria pessoa necessitada.

Nesse sentido, compreende a realização de atividades que podem acontecer dentro de casa ou fora dela e que vão desde a limpeza e a preparação da comida, por exemplo, até a atenção, inclusive de saúde, dedicada a uma pessoa que é dependente – uma criança, um idoso ou a uma pessoa com alguma deficiência física ou mental (IZQUIERDO, 2003a,b; REIKO, 2012). Assim, como será apresentado mais adiante, o cuidado não é exclusivamente uma responsabilidade da família. Ele é (ou deveria ser) também um direito resguardado pelo Estado.

A entrada dessa mão de obra feminina estrangeira no espaço doméstico resulta de um processo de substituição de *uma mulher por outra*. Especificamente nos países industrializados, milhares de mulheres deixaram total ou parcialmente de realizar algumas atividades domésticas e passaram a exercer um trabalho extradoméstico e remunerado. Fato que concorreu para que as mulheres contratassem outras mulheres para exercerem certas atividades que até então eram exercidas por elas. Segundo dados estatísticos internacionais<sup>14</sup>, as mulheres que se tornam criadas ou *housecleaners* - ou que genericamente podem ser denominadas de *cuidadoras* - tendem a ser imigrantes, com baixa escolaridade, sem vínculo empregatício e com baixa remuneração (IZQUIERDO, 2003a, PAJARES, 2010).

Sobre isso, não se pode deixar de afirmar que se trata de *quádrupla exploração*. A contratação de mulheres autóctones por mulheres imigrantes ratifica: (1) o processo de exploração capitalista; (2) as relações de poder político e étnico de um país em relação a outro; (3) o privilégio dos homens com relação às mulheres no que diz respeito à divisão sexual do trabalho; e (4) a exploração por parte de mulheres em relação a outras mulheres. Concluindo, a globalização dos cuidados “gera relacionamentos desiguais entre mulheres através dos Estados-Nação” (SALAZAR PERREÑAS, 2004, p.1, tradução nossa).

Entretanto, esse argumento é somente parte da explicação para a contratação das cuidadoras imigrantes. O processo de minimização, decomposição ou regressão do Estado<sup>15</sup> tem obrigado as famílias a suprir certos direitos sociais que deixaram de ser de responsabilidade do Estado. Segundo Izquierdo (2003b), o Estado, de forma muito limitada, tem assumido as atividades de cuidado. Desse modo, além da saída de mulheres do espaço doméstico, a perda ou o não-acesso a certos direitos sociais tem convertido a condição de cuidar e de receber cuidados em uma prática que pode ser mercantilizada. Assim, cuidados se transformam em *serviços* (IZQUIERDO, 2003b; MORA; LEÓN MEDINA, 2011).

Ademais, a globalização, entendida como um deslocamento da mão de obra em perspectivas internacionais, tem relação também com a constituição de *redes globais de cuidado*. E tais redes surgem efetivamente porque “existe uma crise de cuidado nos países de centro e uma crise de reprodução social nos países de periferia” (OROZCO, sd., 11, tradução nossa). Elas consistem em

<sup>14</sup> Conferir, por exemplo, Castles (2000), Pajares (2010) e Tapinos (2000).

<sup>15</sup> Retomam-se aqui as decisões oriundas do Consenso de Washington. O processo de privatização e as demais estratégias sugeridas consistiram em perda de direitos sociais anteriormente adquiridos.

[...] entrelaçamentos de lares que se conformam com o objetivo de garantir cotidianamente os processos de sustentabilidade da vida e através dos quais os lares transferem cuidados de uns a outros. São enlacs de dimensões transnacionais; além das fronteiras, a realidade cotidiana e as aspirações vitais de alguns lares dependem do que ocorre em outros (OROZCO, sd., 11, tradução nossa).

## GLOBALIZAÇÃO E MIGRAÇÃO INTERNACIONAL: LIMITES PARA O VÍNCULO TRABALHO-EDUCAÇÃO

O colapso econômico de 2008 trouxe a diferentes países o aumento de desemprego, subemprego e trabalho informal. Os imigrantes que tendiam a realizar trabalhos desvalorizados e mal remunerados, e que eram rejeitados pelos autóctones, tornaram-se, a partir de 2008, o coletivo mais propenso ao desemprego. Tem-se constatado que a demanda por trabalhador imigrante está caindo e que postos de trabalho que, até então, eram ocupados por eles têm sido ocupados pelos autóctones (CEMA, 2010; PAJARES, 2010). Na Comunidade Europeia, uma área de países considerados ricos ou de economia avançada, os índices de desemprego têm alcançado percentuais altos em relação aos que apresentavam em 2008. Vale destacar os índices de desemprego de Chipre, Grécia, Portugal e Espanha.

Os índices de emprego no mundo antes e depois de 2008, apresentados recentemente pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), podem ser visualizados na tabela abaixo, além da projeção para o ano de 2015.

TABELA 2 - DESEMPREGO POR REGIÃO - 2007, 2012 E 2015 (MILHÕES)

Região	2007	2012	2015
Mundo	169,7	195,4	207,8
Economias avançadas	29,1	44,0	45,3
Centro e Sudeste (fora da Comunidade Europeia) e a Comunidade de Nações <sup>16</sup>	14,3	15,0	14,9
Ásia do Leste	31,6	38,4	40,8
Ásia Sudeste e Pacífico	16,4	14,4	14,8
Ásia do Sul	25,1	24,8	27,1
América Latina e Caribe	18,3	17,9	20,2
Oriente Médio	6,4	8,0	8,8
África do Norte	6,2	7,4	8,0
Países africanos abaixo do Deserto do Saara	22,2	25,9	28,0

Fonte: WORLD OF WORK REPORT, 2013, p. 13

Segundo esse informe da OIT, globalmente o desemprego tem aumentado e, embora alguns países demonstrem recuperação, o número de empregos proporcionados desde 2008 ainda não atingiu o percentual que existia anteriormente. No caso dos países que possuem economia avançada, a tendência é também o seu aumento, do mesmo modo que nos países em que tende a se concentrar a pobreza. Na América Latina e Caribe, na Ásia Sudeste e Pacífico, e na Ásia do Sul houve redução do desemprego em 2012 com relação ao ano de 2007, todavia, para eles, está previsto o aumento de

<sup>16</sup> Organização intergovernamental britânica composta por 54 países membros independentes. Incluem, por exemplo, países como a África do Sul, Austrália, Camarões, Moçambique e Malásia.

desemprego. Somente para os países do Centro e Sudeste (fora da Comunidade Europeia) e a Comunidade de Nações, a organização apresenta uma previsão *otimista*, ou seja, a redução de 0,1% no desemprego para o ano de 2015 em relação ao de 2012.

Os trabalhadores imigrantes, antes e durante a crise, tendem a perder seus postos de trabalho em quatro maiores setores: construção, serviço financeiro, manufatura e serviços. Eles estão desempregados em todos esses setores, mas as características são diferentes para cada um deles (CEMA, 2010, p.5). Ademais, os trabalhadores imigrantes do setor financeiro tendem, ao contrário dos demais, a ser mais *qualificados*. Segundo Cema (2010), desde 2008, existem restrições por parte de países a receberem trabalhadores com *baixa qualificação*. A tendência, porém, é não restringir a entrada daqueles que possuem *alta qualificação* porque eles permitem competitividade e contribuem para a saída da crise.

Todavia, pode-se perguntar: no universo da migração internacional quais são as características dos trabalhadores considerados *qualificados*?

Para responder a essa pergunta é necessário, inicialmente, explicar o que se entende por *qualificação*. Ainda que não exista consenso a respeito, para dizer que um trabalhador imigrante ou não, é qualificado deve-se considerar

[...] não apenas os aspectos técnicos, mas os aspectos de personalidade e os atributos do trabalhador (como condição étnica, de gênero, generacional). Estes são amplamente variáveis segundo o tipo e a situação de trabalho; são também diferencialmente valorizáveis segundo o contexto societal, as condições conjunturais (da economia, da política e da cultura) e a experiência histórica dos distintos grupos profissionais (CASTRO, 1992, p. 82).

Entretanto, especificamente com relação ao que se entende por *trabalhador imigrante qualificado*, Cema (2010, p.1) ressalta que a literatura apresenta grande variedade de conceitos. Contudo, comumente considera-se qualificado aquele que possui grau universitário ou extensa experiência na área, geralmente trabalha em setor privado, especialmente, em setores que são competitivos internacionalmente, mas são encontrados também em setores públicos como a educação e a saúde. Sobre isso, é curioso reportar ao conteúdo do livro de Matthewman (2012). O autor, um importante consultor europeu que realiza formação de trabalhadores junto a indústrias, ressalta que as novas gerações de profissionais, ou os trabalhadores no/do futuro, devem ultrapassar fronteiras constituindo-se “nômades globais”.<sup>17</sup> Nessa medida, conclui-se que, além das características apresentadas anteriormente, um trabalhador se qualifica e pode ser reconhecido como qualificado para o trabalho quando ele assume que o mundo não possui fronteiras!

Por outro, geralmente os trabalhadores qualificados contam com políticas favoráveis adotadas por governos de Estado que tendem a lhes atribuir prerrogativas admitindo-os como trabalhadores imigrantes. Políticas adotadas por alguns países podem servir de exemplos para esse argumento. Uma delas diz respeito à estratégia da Alemanha Ocidental de incentivo à imigração de trabalhadores denominados *Guest Workers* (trabalhadores convidados). Essa política foi adotada entre o período de 1950-1970, quando o país viveu a necessidade de mão de obra decorrente do seu *milagre econômico*. Outra situação, que se encontra em vigor desde 2009, tem sido adotada pela

<sup>17</sup> O autor em pauta compara a força de trabalho de três gerações, as quais ele denomina *baby boomers* (nascidos depois de 1945 e antes de 1960), a *geração X* (entre 1960 e 1983) e a *geração Y* (depois de 1983). Para o autor, a última geração consiste em pessoas que “[...] encaram o trabalho e o tratam de maneira diferente” e são “incrivelmente confiantes, criativos e com uma visão mundial” (MATTEWMAN, 2012, p.38).

Comunidade Europeia mediante a instauração do *Blue Card*<sup>18</sup>. No caso do Brasil, o Governo da presidenta Dilma Rousseff, neste ano de 2013, tem firmado acordo com Portugal, Cuba e Espanha para importar profissionais médicos. Além disso, o mesmo Governo, no final de 2012, concedeu prerrogativas que desburocratizaram a permanência de profissionais da área petroquímica e técnicos de inovação tecnológica.

Em suma, dependendo da qualificação do trabalhador(a) e das condições de oferta de trabalho e de educação no país para o qual migra, ele ou ela, mais ou menos, podem viver certas exclusões que já sofriam em seus países de origem. Afinal, a maioria dos imigrantes possui praticamente a escolaridade básica e tende a realizar atividades muito próximas, e em alguns casos com menos prestígio, das que realizavam antes da migração, apesar da constatação do aumento de migração de trabalhadores mais qualificados (TAPINOS, 2000; TIMUR, 2000).

Segundo a Organização para a Educação, Ciências e Cultura (UNESCO), 20% da população mundial, ou seja, 875 milhões, ainda são analfabetos, embora seja possível identificar, nos últimos quarenta anos, aumento significativo do índice de escolaridade em diferentes partes do mundo. Essa agência ressalta que houve grandes avanços nos indicadores, pois, em 1970, havia dois alfabetizados em cada três adultos, passando, posteriormente, a três em cada quatro e, ultimamente, a quatro alfabetizados em cada cinco adultos. Todavia, é possível constatar que altos índices de analfabetismo ainda persistem em alguns países, em comparação aos seus valores anteriores, ou com relação aos indicadores dos demais<sup>19</sup>. No caso do Brasil, em 2008, 10% eram analfabetos e 21% eram analfabetos funcionais<sup>20</sup>, somando-se um total de 31%. Mesmo com certos avanços, na segunda metade do século XX, a população ainda se encontra marcada pelas desigualdades sociais e regionais (IBGE, 2010).

Para alguns gestores estatais e economistas neoliberais, a explicação para a inexistente ou pouca incorporação do trabalhador(a), em especial aquele que é imigrante, decorre da sua baixa escolaridade. Isso é desmentido por diferentes pesquisas internacionais, nacionais e locais.<sup>21</sup> A tendência da qualidade desse discurso neoliberal leva a discutir a influência e regulação da escolaridade e da oferta de emprego ditada especialmente por organismos internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Entretanto, a escolaridade não pode ser entendida como único indicador da *qualificação profissional*. Além da relevância do acesso à educação (formal), a qualificação dos trabalhadores e trabalhadoras deve ser entendida como resultante de uma *construção social*. Nessa perspectiva, devem ser consideradas as experiências

<sup>18</sup> O *Blue Card* (cartão azul) foi proposto em 2007 pela Comissão de Política Europeia e levou muitos anos de negociação entre os países até que começasse a vigorar, de fato, em 2009. Entretanto, alguns países como, por exemplo, a Dinamarca, Irlanda e Reino Unido decidiram não adotá-lo porque queriam controlar os seus próprios critérios de migração internacional. O salário do trabalhador imigrante tem que ser, no mínimo, 1,5 vezes o salário bruto médio no Estado-Membro. No entanto, os salários médios variam muito entre os Estados-Membros. Além do salário que foi regulamentado, o acordo final incluiu disposições que permitiram migrantes altamente qualificados se moverem com suas famílias entre os países da Comunidade Europeia, depois de 18 meses, mas sendo obrigados a solicitar um novo cartão azul. A duração total do visto não pode ser superior a quatro anos (CEMA, 2010, p. 10).

<sup>19</sup> Os dados apresentados pelo Mapa do Analfabetismo do Brasil (INEP, 2003, p.6) com relação ao índice da população de 15 anos ou mais indicam que a Noruega, Áustria, Austrália e Espanha, por exemplo, estavam entre os países com 0% de analfabetos e alguns países da América do Sul como, por exemplo, Colômbia e Peru apresentavam, respectivamente, os índices de 8,4% e 10,1. Nesse *ranking*, o Brasil aparece com uma taxa de 13,6%.

<sup>20</sup> Em linhas gerais, no Brasil, identifica-se como *analfabeto funcional* a pessoa que, mesmo com a capacidade de decodificar minimamente as letras e os números, entretanto não possui a habilidade de interpretar textos e de realizar operações matemáticas.

<sup>21</sup> Sobre isso, conferir Gentili (1998), quando ele discute que a escola está educando para o desemprego.

vivenciadas no mundo da escola, no mundo do trabalho e fora deles. Retomando a discussão sobre o que é ser um trabalhador qualificado, acrescenta-se que ele não pode ser entendido como resultado “não só do nível de desenvolvimento tecnológico de um país, mas também das estruturas de emprego, das características do mercado de trabalho, bem como de fatores culturais e todos os saberes dos trabalhadores incorporados ao longo de sua trajetória de vida pessoal e disponibilizados pelas contingências sociais [...]” (LEITE, 1996, p.90). Assim, conclui-se que as agências econômicas e públicas (inter)nacionais, ao colocar o peso de acesso ao emprego como decorrente da escolaridade, *desistorizam* as relações, já que desconsideram os diferentes contextos nos quais esse(as) trabalhadores(as) estão inseridos(as) e os movimentos de migração interna e internacional realizados por eles. Aspectos que ratificam a necessidade de uma política de desenvolvimento que tenha em vista as necessidades do cidadão que vive uma relação local-global ou de *glocalidade*.

Conforme demonstram Gentili (1996) e Jacobi (1996), ainda persistem algumas dificuldades quanto às formas de inclusão ou mesmo de permanência de brasileiros sendo mais acentuada para determinantes grupos sociais. A dificuldade de conciliar escola e trabalho e a expansão do ensino superior privado no Brasil, por exemplo, são alguns dos fatores que impedem a permanência ou o prosseguimento da escolarização do trabalhador(a). Ademais, analisando a relação entre escolaridade e emprego, apesar de a estatística demonstrar que o trabalhador(a) tem alcançado maior escolaridade, ela confirma, também, que ele(a) tem sido progressivamente alijado(a) para o lugar de uma *sociedade do não trabalho* (capitalista). Ou seja, a estatística confirma que mesmo com o avanço da escolaridade observa-se uma *tímida* evolução em termos de admissão de empregos e, concomitantemente, o crescimento do trabalho não-formal.

Sobre a relação trabalho-educação, o capitalismo atual estabelece limites para a defesa realizada por Theodore Schultz acerca da sua teoria sobre o trabalhador como *capital humano*<sup>22</sup>. Como foi demonstrado aqui, no mundo existe uma tendência à redução do analfabetismo, contudo, ao mesmo tempo, ocorre o aumento do desemprego. Ou seja, existem limites para a absorção da mão de obra pelo mercado de trabalho. As novas tecnologias produtivas implantadas a partir de 1980 têm necessitado, cada vez menos, da presença (física) do trabalhador na fábrica. Entretanto, há de se reconhecer que o conhecimento (humano) está inserido abstrata e virtualmente na tecnologia, apesar de o seu uso poder ser operado por tão poucos ou, como deseja o capitalismo atual, pelo mínimo possível.

Afinal, considerar a elevação do índice de escolaridade como única possibilidade de minimizar ou mesmo de redimir as desigualdades entre os indivíduos (re)produz uma concepção de sociedade segundo a qual as relações sociais são entendidas de forma mecânica e harmônica. Ademais, quando se considera a escolaridade como sinônimo de educação, tende-se a ignorar a multiplicidade de práticas do fenômeno educativo, de suas relações com o mundo do trabalho e as diferentes trajetórias sociais de trabalhadores e trabalhadoras.

---

<sup>22</sup> Schultz (1961) argumentou que a tendência na sociedade era não reconhecer que a qualificação e o conhecimento do trabalhador era uma forma de capital para obter o crescimento econômico de um país. Contrariando esse ponto de vista, ele argumenta que o trabalhador, ainda que seja um ser humano, deve ser reconhecido no processo capitalista como uma mercadoria ou um bem de consumo e, por isto, deve ser visto como um *capital humano* que requer investimento por parte das indústrias e do governo de um país. Para tanto, ele apresenta cinco aspectos que devem ser considerados como investimento: (1) facilidades e serviços de saúde; (2) treinamento no trabalho; (3) educação formal; (4) programa de estudos destinados aos adultos que não estejam organizados por firmas, incluindo programas destinados à agricultura; (5) migração de indivíduos e famílias para se adequar às oportunidades de mudanças de trabalho.

Muito embora o discurso hegemônico se pautado pelo argumento segundo o qual as mudanças nas condições de trabalho têm como fundamento a educação formal para a efetivação da modernização tecnológica, o contexto demonstra o aumento da distância entre o *mundo do trabalho* e o *mundo da escola*. Nesse caso, alguns elementos apresentados por projetos políticos educacionais não são muito esclarecedores ou, ainda, chegam até mesmo a ser contraditórios porque, por um lado, afirmam a necessidade de formação humana e, por outro, na mesma relação, a defesa de uma formação para o trabalho capitalista. Trabalho esse no qual o trabalhador tem se tornado cada vez mais alheio do seu conhecimento sobre o processo global de produção e do produto que é resultado dele. Ou seja, o trabalho, usado aqui no sentido ontológico da palavra, e o trabalho capitalista têm sido aspectos cada vez mais contraditórios. Pode-se tomar, aqui, como exemplo, o projeto da *Comisión Económica para América Latina y el Caribe-CEPA* que argumenta que importância da competição no mercado de trabalho internacional e a constituição de relações globalizadas se devem à necessidade de possuir um(a) *trabalhador(a) global*. Ou seja, o(a) trabalhador(a) deve apresentar a mesma qualificação quer seja no Brasil, Estados Unidos, Alemanha ou Espanha.

### PARA FINALIZAR...

São grandes os desafios que a corrente crise trouxe às políticas mundiais. Tais desafios demandam políticas que preconizem uma nova maneira de entender a relação entre migração internacional, desenvolvimento e trabalho.

A mobilidade humana, no contexto do capitalismo atual, deixa pouca opção para o(a) trabalhador(a) diante da internacionalização do trabalho. Ele(a) tem sido obrigado(a) a realizar o deslocamento entre países. Resumindo: o trabalhador(a) tem que se mover para onde exista trabalho (capitalista) ou, pelo menos, a promessa dele! Nesse sentido, a exportação da força de trabalho tornou-se um elemento-chave da nova divisão de trabalho. O trabalhador, já desvalorizado em seu país de origem, tende a se desvalorizar mais no país de acolhida, tendo como consequência a formação de um coletivo de trabalhadores muito mais desorganizado.

No contexto de internacionalização do capital e de urbanização mundial que vem ocorrendo desde a década de 1980, pode-se identificar a insurgência de *novas* exclusões sociais, somando-se às *velhas* já existentes. Nesse sentido, diferentes contextos indicam a necessidade de estabelecer estratégias para superar o movimento das novas exclusões, desafiando diferentes segmentos sociais quanto à (re)definição do entendimento de desenvolvimento e (des)igualdade e, conseqüentemente, quanto às funções da sociedade civil e do público na esfera estatal.

Nessas condições, os imigrantes não passam de uma resposta às necessidades de determinado país de acolhida, cujo objetivo é o seu crescimento econômico. Em se tratando de ocupação laboral, a tendência é que a maioria ocupe setor de serviços, inclusive, ratificando a divisão de trabalho entre os sexos.

Por fim, pergunta-se: se o projeto econômico atual prevê um trabalhador global por que não pensar também em um projeto político-social para um cidadão global?

### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Geralda. A construção de territorialidades em territórios mundializados – os imigrantes brasileiros em Barcelona. *Colóquio Nacional do NEER*, 2006. Disponível em: <<http://www.geografia.ufpr.br/nees/NEER-1/mesas/maria-geralda.pdf>>. Acesso em: 05/2010.

ANDRADA, Fernando. Industrialización y migración interior en España – algunas consideraciones. *Revista de Economía Política*, n. 88, p. 179-192, 1981. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2496670>>. Acesso em: 05/2010.

ANDRÉ, Bianca Pires. *De la integración deseada a la integración vivida* – la experiencia de adolescentes brasileños en escuelas de Barcelona. Barcelona, 2007. Tese (Doutorado) - Departamento de Didáctica e Organización Educativa, Universidad de Barcelona, Barcelona, 2007. Disponível em: <[http://www.tesisenxarxa.net/TDX/TDX\\_UB/TESIS/AVAILABLE/TDX-0604108-111625//BPA\\_TESIS.pdf](http://www.tesisenxarxa.net/TDX/TDX_UB/TESIS/AVAILABLE/TDX-0604108-111625//BPA_TESIS.pdf)>. Acesso em: 05/2010.

ANUÁRIO ECONÓMICO DE ESPANHA. 2009. Disponível em: <<http://www.anuarioeco.lacaixa.comunicacions.com>>. Acesso em: 05/2010.

BANCO MUNDIAL. *Desenvolvimento mundial*. 2009. Disponível em: <<http://www.bancomundial.org/publicaciones/index-2009.htm>>. Acesso em: 05/2010.

CACHON, Lorenzo. Diez notas sobre la inmigración en España – 2006. *Vanguardia Dossier*, n. 22, p. 64-78, Jan./Mar. 2007.

CAMPOS, André et al. (Orgs.). *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003. (Volume 2).

CARRASCO, Cristina Carrasco; BORDERÍAS, Cristina; TORNS, Teresa. *Introdução*. Disponível em: <[http://www.fuhem.es/media/cdv/file/biblioteca/Analisis/2012/El\\_trabajo\\_de%20cuidados\\_introduccion\\_C.\\_CARRASCO\\_C.\\_BORDERIAS\\_T.\\_TORNS.pdf](http://www.fuhem.es/media/cdv/file/biblioteca/Analisis/2012/El_trabajo_de%20cuidados_introduccion_C._CARRASCO_C._BORDERIAS_T._TORNS.pdf)>. Acesso em: 04/08/2013.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Uma crônica do salário. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

CASTLES, S. Migración internacional a comienzos del siglo XXI: tendencias y problemas mundiales. *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, n. 165, p. 17-32, 2000. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001238/123852s.pdf#123857>>. Acesso em: 05/2010.

CASTRO, N. A organização do trabalho, qualificação e controle na indústria moderna. In: MACHADO, L. R. S. et al. *Trabalho e educação*. Campinas: Papius, 1992. p. 69-86.

CAVALCANTI, Leonardo. *Los inmigrantes brasileños en la Ciudad de Barcelona*. Un estudio antropológico sobre sus estrategias migratorias y su vida cotidiana. Salamanca, 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Departamento de Ciências Sociais, Universidad de Salamanca, Salamanca, 2004.

CEMA, Lucie. Policies and practices of highly skilled migration in times of the economic crisis. *International Migration Papers*, Genebra, International Labour Office, n. 90, 2010, p.1-47. Disponível em: <<http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/--->

ed\_protect/---protrav/---migrant/documents/publication/wcms\_179666.pdf>. Acesso em: 08/08/2013.

CONSEJO ECONÓMICO Y SOCIAL. CES. *Informe sobre la migración y el mercado de trabajo en España*. Madrid: 2004. Disponível em: <<http://www.ces.es>>. Acesso em: 05/2010.

FERNANDES, Duval. Fontes de dados para a estimativa do volume de imigrantes na Espanha: notas introdutórias. *V Encontro Nacional sobre Migração*. Campinas: 2007. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/comunic\\_sec\\_2\\_fon\\_dad\\_med.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/comunic_sec_2_fon_dad_med.pdf)>. Acesso em: 05/2010.

FERNANDES, Duval; NUNAN, Carolina. O imigrante brasileiro na Espanha: perfil e situação de vida em Madri. *XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu: 2008. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008\\_1160.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1160.pdf)>. Acesso em: 05/2010.

GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Educação e crise no trabalho: perspectiva de final de século*. Petrópolis: Vozes, 1998. p.76-99.

GENTILI, Pablo. Mentiras que parecem verdades: argumentos neoliberais sobre a crise educacional. *Advir*, Rio de Janeiro, ASDUERJ, n.8, p.23-31, abril 1996. Disponível em: <[http://www.asduerj.org.br/images/advir/pdf\\_revista/Advir08online.pdf](http://www.asduerj.org.br/images/advir/pdf_revista/Advir08online.pdf)>. Acesso em: 08/08/2013.

GONÇALVES, Alfredo José. Migrações Internas: evoluções e desafios. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, p. 173-184, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a14.pdf>>. Acesso em: 05/2010.

IANNI, Octávio. *Teorias da globalização*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico e Contagem da População - 2010* <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=cd&o=6&i=P&c=3150>>. Acesso em: 08/08/2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. INEP. *Mapa do Analfabetismo no Brasil*, 2003. Disponível em: <[http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B3D805070-D9D0-42DC-97AC-5524E567FC02%7D\\_MAPA%20DO%20ANALFABETISMO%20NO%20BRASIL.pdf](http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B3D805070-D9D0-42DC-97AC-5524E567FC02%7D_MAPA%20DO%20ANALFABETISMO%20NO%20BRASIL.pdf)>. Acesso em: 01/08/2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. INE. Disponível em: <<http://www.ine.es>>. Acesso em: 05/2010.

IZQUIERDO, Maria Jesús. El cuidado de los individuos y de los grupos: quién se cuida. Intercambios. *Papeles de Psicoanálisis*, v. 10, p. 70-82, 2003a. Disponível em: <<http://intercanvis.es/pdf/10/10-09.pdf>>. Acesso em: 08/08/2013.

IZQUIERDO, Maria Jesús. *Del sexismo y la mercantilización del cuidado a su socialización*. Congreso Internacional SARE, Instituto Vasco de la Mujer/EMAKUNDE, 2003b. Disponível em: <[http://www.fuhem.es/media/cdv/file/biblioteca/Boletin\\_ECOS/10/Socializacion\\_del\\_cuidado.pdf](http://www.fuhem.es/media/cdv/file/biblioteca/Boletin_ECOS/10/Socializacion_del_cuidado.pdf)>. Acesso em: 08/08/2013.

JACOBI, Pedro. Transformações do estado contemporâneo e educação. In: BRUNO, Lúcia (org.). *Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 1996. p.41-46.

LEITE, Elenice Monteiro. Reestruturação produtiva, trabalho e qualificação no Brasil. In: BRUNO, Lúcia (org.). *Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 1996. p.146-187.

MATTEWMAN, Jim. *Os novos nômades globais*. São Paulo: Clio, 2012.

MIGRAÇÃO INTERNACIONAL E DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: <[www.un.org/migration](http://www.un.org/migration)>. Acesso em: 05/2010.

MINISTERIO DE TRABAJO E INMIGRACION. *Estadísticas*. Disponível em: <<http://www.mtas.es/estadisticas>>. Acesso em: 05/2010.

MORA, E.; LEÓN, F. J. R. La globalización del cuidado y sus cadenas: un estudio de caso. *Psicoperspectivas*, v. 10, n. 2, p. 109-133, 2011. Disponível em: <<http://www.psicoperspectivas.cl>>. Acesso em: 04/06/2013.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LA MIGRACIÓN. OIM. Disponível em: <<http://www.iom.int>>. Acesso em: 05/2010.

ORGANIZAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E CULTURA. UNESCO. Disponível em: <<http://www.unesco.org.br>>. Acesso em: 05/2010.

OROZCO, Amaia. *Cadenas Globales de cuidados: preguntas para una crisis*. Miradas Norte. Disponível em: <[http://www.feministas.org/IMG/pdf/Cadenas\\_Globales\\_de\\_cuidados-Preguntas\\_para\\_una\\_crisis.pdf](http://www.feministas.org/IMG/pdf/Cadenas_Globales_de_cuidados-Preguntas_para_una_crisis.pdf)>. Acesso em: 20/07/2013.

PAJARES, Miguel. *Inmigración y mercado de trabajo – Informe 2010*. Madrid, Ministerio de Trabajo e Inmigración, 2010. Disponível em: <[http://extranjeros.empleo.gob.es/es/ObservatorioPermanenteInmigracion/Publicaciones/archivos/Inmigracion\\_Mercado\\_de\\_Trabajo\\_OPI25.pdf](http://extranjeros.empleo.gob.es/es/ObservatorioPermanenteInmigracion/Publicaciones/archivos/Inmigracion_Mercado_de_Trabajo_OPI25.pdf)>. Acesso em: 08/08/2013.

PAYNE, Anthony; PHILLIPS, Nicola. *Desarrollo*. Madrid: Alianza Editorial, 2012.

POSTHUMA, Anne Caroline. Mercado de trabalho e exclusão social da força de trabalho feminina. In: ABRAMO; Laís; ABREU, Alice Rangel. (Coords.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo: ALAST, 1998. p. 21-38.

REIKO, Ogawa. Globalization of care and the context of reception of southeast asian care workers in Japan. *Southeast Asian Studies*, v. 49, n. 4, p. 570-593, março 2012. Disponível em: <<http://kyoto-seas.org/2012/03/southeast-asian-studies-vol-49-no-4/>>. Acesso em: 08/08/2013.

RIPOLL, Érika. *De Brasil a Espanha: un estudio sobre la migración desde una perspectiva integrada de los lugares de origen y de destino*. Alicante, 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidad de Alicante, Alicante: 2008. Disponível em: <[rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/13840/1/Tesis\\_Masanet.pdf](http://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/13840/1/Tesis_Masanet.pdf)>. Acesso em: 05/2010.

RIST, Gilbert. *El desarrollo: historia de una creencia occidental*. Madrid: Catarata, 2002.

SALAZAR PERREÑAS, Rhacel. *The globalization of care: patriarchal households and regressive state regimes in the new economy*. 2004. (síntese). Disponível em: <<http://www.worldcat.org/title/globalization-of-care-patriarchal-households-and-regressive-state-regimes-in-the-new-economy/oclc/428091883>>. Acesso em: 01/08/2013.

SCHULTZ, Theodore. The investment in human capital. *The American Review*, v. 51, n. 01, p.1-17, março 1961. Disponível em: <[https://webpace.utexas.edu/hcleaver/www/330T/350k\\_PEESchultzInvestmentHumanCapital.pdf](https://webpace.utexas.edu/hcleaver/www/330T/350k_PEESchultzInvestmentHumanCapital.pdf)>. Acesso em: 01/08/2013.

SILVA, Manuel Carlos. Desigualdad y exclusión social: de breve revisitación a una síntesis proteórica. *Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas*, v. 9, n. 1, p. 111-136, 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=38015080007>>. Acesso em: 10/01/2013.

SOARES, Weber; RODRIGUES, Roberto Nascimento. Redes sociais e conexões prováveis entre migrações: internas e emigração internacional de brasileiros. *São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 3, p. 64-76, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v19n3/v19n3a06.pdf>>. Acesso em: 05/2010.

SOLÉ, Carlota; CACHON, Lorenzo. Globalización e inmigración: los debates actuales. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n. 116, p. 13-52, 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=99715259001>>. Acesso em: 08/08/2013.

TAPINOS, Georges. Mundialización, integración regional, migraciones internacionales. *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, n. 165, p. 48-57, set. 2000. Disponível em: <<http://www.unesco.org/issj/rics165/fulltextspa165.pdf>>. Acesso em: 05/2010.

THERBORN, Göran. A crise e o futuro do capitalismo. In: SADER, Emir; GENTILLI, Pablo (Org.). et al. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

TIMUR, Serim. Cambios de tendencia y problemas fundamentales de la migración internacional: una perspectiva general de los programas de la UNESCO. *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, n. 165, p. 2-16, set. 2000. Disponível em: <<http://www.unesco.org/issj/rics165/fulltextspa165.pdf>>. Acesso em: 05/2010.

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS.  
Population Division. *Migrants by origin and destination: the role  
of South-South migration.* Disponível em:  
<[http://www.un.org/esa/population/publications/popfacts/popfacts\\_2012-3\\_South-South\\_migration.pdf](http://www.un.org/esa/population/publications/popfacts/popfacts_2012-3_South-South_migration.pdf)>. Acesso em: 05/06/2013.

WORLD OF WORK REPORT. Disponível em:  
<[http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms\\_214476.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_214476.pdf)>. Acesso em: 10/06/2013.